

ATIBAIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Acionistas e Administradores da
Atibaia Saneamento S.A.
Atibaia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atibaia Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atibaia Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós e nem por outros auditores independentes.

Atibaia, 24 de agosto de 2018

Moore Stephens Consulting News
Auditores Independentes

CRC – MG 6.494/O-4

Adelmo de Oliveira

Contador / CRC – MG 46.235

Atibaia Saneamento S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014 "não auditado"
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	65	105
Outros investimentos	9	176	1.502
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	9.516	2.232
Estoques	15	15	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	376	287
Despesas antecipadas	27	16	16
Total do ativo circulante		10.175	4.142
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	11.568	19.932
Impostos e contribuições a recuperar	11	478	289
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	869	212
Total do realizável a longo prazo		12.915	20.433
Imobilizado			
Intangível		58	41
Total do ativo não circulante		12.975	20.477
Total do ativo		23.150	24.619
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.453	584
Financiamentos	13	21.062	23.452
Obrigações fiscais	14	102	86
Provisões e encargos trabalhistas		427	319
Total do passivo circulante		24.044	24.441
Não circulante			
Obrigações fiscais	14	861	645
Total do passivo não circulante		861	645
Patrimônio líquido			
Capital social	16	10	1
Prejuízos acumulados		(1.765)	(468)
Total do patrimônio líquido		(1.755)	(467)
Total do passivo		24.905	25.086
Total do passivo e patrimônio líquido		23.150	24.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014 "não auditado"
Receita operacional líquida	20	10.428	9.951
Custo dos serviços prestados	21	<u>(6.370)</u>	<u>(6.632)</u>
Lucro bruto		<u>4.058</u>	<u>3.319</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	21	<u>(2.203)</u>	<u>(1.738)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.855</u>	<u>1.581</u>
Receitas financeiras	22	171	893
Despesas financeiras	22	<u>(3.980)</u>	<u>(2.849)</u>
Despesas financeiras líquidas	22	<u>(3.809)</u>	<u>(1.956)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(1.954)</u>	<u>(375)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>657</u>	<u>111</u>
Resultado do exercício		<u><u>(1.297)</u></u>	<u><u>(264)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014 "não auditado"
Resultado do exercício	<u>(1.297)</u>	<u>(264)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.297)</u></u>	<u><u>(264)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2013					
	10	(9)	1	(204)	(203)
Resultado do exercício	-	-	-	(264)	(264)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 "não auditado"	10	(9)	1	(468)	(467)
Integralização de capital	-	9	9	-	9
Resultado do exercício	-	-	-	(1.297)	(1.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10	-	10	(1.765)	(1.755)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014 "não auditado"
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.297)	(264)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	11	6
Resultado na venda de imobilizado e intangível	-	2
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(657)	(111)
PIS e COFINS diferidos	216	474
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes e outros investimentos	(1.293)	(1.047)
Juros incorridos de financiamentos	3.890	2.839
	870	1.899
Variações em:		
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	2.351	(19.603)
(Aumento) em estoques	(15)	-
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(278)	(399)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(11)	1
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	1.869	334
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	108	179
Aumento (redução) em obrigações fiscais	16	(21)
Caixa gerado nas atividades operacionais	4.910	(17.610)
Juros pagos de financiamentos	(6.280)	(3)
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	(1.370)	(17.613)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(27)	(22)
Outros investimentos	1.348	17.144
Fluxo de caixa provenientes das atividades de investimentos	1.321	17.122
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Pagamentos de financiamentos	-	(106)
Integralização de capital	9	-
Fluxo de caixa provenientes das (usado nas) atividades de financiamentos	9	(106)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(40)	(597)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	105	702
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	65	105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Atibaia Saneamento S.A. (anteriormente denominada CAB Atibaia S.A.) "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Atibaia – São Paulo, na Rua Aniceto Tavares, 50, Bairro: Recreio Estoril, foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE por meio de concessão administrativa para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, que compreendem a coleta, o afastamento, o tratamento de esgotos sanitários e a disposição final do lodo, contemplando a realização das obras e investimentos necessários para a universalização do sistema, bem como a assunção, a operação e a manutenção de todo sistema operacional existente. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Parceria Público Privada nº 25/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2043.

Aditivos ao contrato de concessão

Em 24 de julho de 2015, a Companhia e o SAAE firmaram o primeiro termo aditivo ao contrato estabelecendo a readequação do (i) escopo de investimentos; e (ii) do equilíbrio econômico-financeiro a se realizar mediante antecipação da contraprestação fixa plena para o sexto ano do contrato, ou seja, a partir de julho de 2018, reajustada com acréscimo de 4,27% em julho de 2015, 8,54% em julho de 2016 e 8,54% em julho de 2017, reajustes estes, aplicáveis da mesma forma ao preço unitário.

Em 1º de dezembro de 2017, a Companhia e o SAAE firmaram o segundo termo aditivo ao contrato estabelecendo (i) novo cronograma físico-financeiro com inclusão de novos investimentos e exclusão de obrigações priorizando a alavancagem de faturamento do SAAE; e (ii) postergação da contraprestação fixa plena para o décimo primeiro ano do contrato, restando a aplicação de um percentual de reequilíbrio na contraprestação fixa e no preço unitário (PU) de 17,5% em dezembro de 2017, 6,38% em julho de 2018, 6,38% em julho de 2019 e 6,38% em julho de 2020.

Acordos de investimentos da controladora Iguá Saneamento S.A.

A Companhia é controlada pela Iguá Saneamento S.A., anteriormente denominada Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental.

A controladora Iguá era parte relacionada da Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial), afetada pela inclusão no processo do Ministério Público Federal na investigação "Lava Jato" da Polícia Federal, sobre irregularidades cometidas em contratações com a Petrobrás e em recuperação judicial desde 14 de setembro de 2015 juntamente com a Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial).

Consequentemente, os fatos acima mencionados afetaram a situação econômico financeira do Grupo Iguá e portanto, houve desaceleração de alguns investimentos, sendo mantidos aqueles necessários para o cumprimento das metas contratuais, pois a prioridade era a preservação do contrato de concessão.

Conforme nota explicativa nº 27 - eventos subsequentes, para garantir a continuidade operacional do Grupo Iguá, foram concluídas as operações previstas no Acordo de Investimentos e Outras Avenças, firmado em 17 de novembro de 2016 entre a controladora Iguá, a Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) e o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, juntamente com o Banco Votorantim S.A. e a RKP BRL Investments I LLC; sendo efetivadas as operações:

- a) A controladora da Companhia (i) alterou a razão social de Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental para Iguá Saneamento S.A.; (ii) alterou a composição acionária e passou a ser controlada pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, e desta forma, a composição do capital social da Iguá passou a ser a seguinte:

	Participação
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
Total	100,00%

(iii) Houve aumento do capital social no montante de R\$ 255.914, sendo R\$ 185.914 mediante capitalização dos créditos detidos pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia relativos às cédulas de crédito e debêntures da controladora no valor total de R\$ 102.682 e R\$ 83.232, respectivamente e R\$ 70.000 em moeda corrente;

- b) Reperfilamento das dívidas do Grupo Iguá restabelecendo a capacidade de liquidez de curto prazo, fato este que favoreceu a retomada de crédito do Grupo com as instituições financeiras;
- c) Aprovação do Plano de Negócio 2017/2022 o qual reflete a continuidade operacional da Companhia e do Grupo; e

Em 30 de julho de 2018, conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes, a controladora Iguá firmou, juntamente com o Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atual acionista controlador ("FIP Iguá"), RKP BRL Investments I LLC ("IG4 Capital") e PIP6 Agua LP, uma afiliada do *Alberta Investment Management Corporation* ("AIMCo"), um Acordo de Investimento, pelo qual a AIMCo se comprometeu, em nome de seus clientes, sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas tipicamente previstas em operações semelhantes, a realizar aporte de recursos no FIP Iguá de até R\$400.000, que serão aportados pelo FIP Iguá na Iguá Saneamento S.A.

A Companhia entende que suas operações, atreladas às premissas acima mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras para os próximos anos.

O exercício social da Companhia encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 20 de agosto de 2018.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 15- reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 18 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

- (i) ***Contratos de concessão de serviços e construção com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE***

A Companhia possui um único contrato de concessão junto ao SAAE, o qual, de acordo com ICPC01 (R1) - Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre contrato de concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Quando a Companhia é remunerada pelo poder concedente, os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão e os juros efetivos são determinados também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final dos contratos de concessão. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	2015	2014
Margem bruta sobre contrato de construção	28,80%	28,80%
Juros efetivos do contrato de concessão	14,24%	11,41%

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos na demonstração do resultado de sua competência e estão diretamente relacionadas ao respectivo ativo financeiro formado.

A Companhia reconhece as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

b. Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato de concessão pública. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre outros investimentos;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;

- descontos obtidos;
- despesas com juros sobre financiamentos;
- operações com partes relacionadas; e
- outras despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

g. **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos

de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. **Ativos intangíveis**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) **Amortização**

A amortização é calculada, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados.

A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis são as seguintes:

Software	5 anos
----------	--------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. **Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) ***Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento***

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) ***Ativos financeiros não derivativos - mensuração***

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2015.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial:

a) Impactos da adoção do CPC 48 e CPC 47

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já avaliou o impacto estimado da aplicação inicial de tais pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois:

- As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Em relação ao CPC 48, embora a Companhia tenha critérios de mensuração, não houveram impactos significativos.

Em relação ao CPC 47, embora a Companhia tenha critérios de mensuração de receita com clientes a serem considerados, não houve impactos desta norma na aplicação inicial.

b) CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as

categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a Companhia optou pela mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira dos recebíveis de contrato de concessão que possui um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão ocorrer para os recebíveis do contrato de concessão no modelo do CPC 48. Com base na metodologia de *impairment*, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos

de *impairment* do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável como segue:

Contas a receber e outros recebíveis

Por se tratar de um único contrato de concessão junto ao SAAE, a Companhia utilizou a inadimplência histórica de seu único cliente.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangente (ORA); e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) Divulgações

A CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da CPC 48, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).
- A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA).

c) CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 - Receitas, CPC 17 - Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

(i) Prestação de Serviços

A Companhia está envolvida na gestão do sistema de esgotamento sanitário do município de Atibaia, bem como na execução de serviços relacionados. Se os serviços de um único contrato forem prestados em diferentes períodos de apresentação, a contraprestação é atribuída a cada serviço com base de valor justo relativo dos diferentes serviços. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia.

De acordo com o CPC 47, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

(ii) Contratos de Construção

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado, pleitos e pagamentos de incentivos, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um pleito ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revisada e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo o CPC 47, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

Com base na sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras em relação ao contrato de construção, sem pleitos aprovados.

(iii) Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que seu único contrato já concluído, não será reapresentado.

d) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia está em processo de conclusão do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação. A aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) em financiamentos descritos na nota explicativa nº 13.

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento

Na transição para a IFRS 16, a Companhia pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4.

(ii) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

e) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Saldos bancários	65	105

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 18.

9 Outros investimentos

	2015	2014
Compromissadas lastreadas em debêntures	176	1.502

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI foi de 9,67% (7,73% em 31 de dezembro de 2014). Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a outros investimentos estão incluídas na nota explicativa nº 18.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2015	2014
Recebíveis de contratos de concessão		13.446	7.567
Partes relacionadas - conta corrente	23	7.449	14.536
Partes relacionadas - operações mensais	23	144	33
Adiantamentos		45	28
Ativo circulante		9.516	2.232
Ativo não circulante		11.568	19.932
Total		21.084	22.164

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.113
Receita decorrente de serviços de construção	7.049
Receita decorrente de serviços de operação	3.478
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	438
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão	(5.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.567
Receita decorrente de serviços de construção	5.430
Receita decorrente de serviços de operação	4.791
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	1.271
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão	(5.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.446

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 18.

11 Impostos e contribuições a recuperar

	2015	2014
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	392	238
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	312	-
Programa de Integração Social (PIS)	85	53
Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	39	-
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestações de serviços	14	92
PIS / COFINS / CSLL retidos na fonte	12	27
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - sobre aplicações financeiras	-	166
Ativo circulante	376	287
Ativo não circulante	478	289
Total	854	576

12 Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2015	2014
Fornecedores diversos		1.501	259
Partes relacionadas - operações mensais	23	746	35
Prestadores de serviços de obra		206	290
Total		2.453	584

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2015 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 18.

13 Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 18.

Linha de crédito	Indexador	Juros	Vencimento	2015	2014
		médios a.a. (%)			
Cédula de Crédito	CDI	17,68	2016	21.062	23.452

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Em 26 de setembro de 2013, a Companhia emitiu Cédulas de Crédito Bancário - CCB no montante de R\$ 20.000, a vencer em 19 de março de 2015, com juros remuneratórios equivalentes a 100% do CDI ao ano na base 252 dias úteis, acrescido do *spread* de 2,65%.

Em 19 de março de 2015, mediante termo de retificação e ratificação, o vencimento das CCBs foi prorrogado para 15 de setembro de 2015 e os juros remuneratórios foram alterados para 100% do CDI ao ano na base 252 dias úteis, acrescido do *spread* de 4,50%.

Em 15 de setembro de 2015, mediante primeiro termo de retificação e ratificação, o vencimento das CCBs foi prorrogado para 14 de dezembro de 2015.

Em 14 de dezembro de 2015, mediante segundo termo de retificação e ratificação, o vencimento das CCBs foi prorrogado para 30 de abril de 2016.

Em 30 de abril de 2016, conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes, mediante terceiro termo aditivo, o vencimento das CCBs foi prorrogado para 29 de julho de 2016.

Em 5 de dezembro de 2016, conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes, mediante quarto termo aditivo, o vencimento das CCBs foi prorrogado para 16 de janeiro de 2017.

Em 12 de maio de 2017, conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes foi firmado aditamento à cédula de crédito bancário da Companhia, prorrogando o vencimento do saldo devedor para 31 de janeiro de 2019 respectivamente, desde que cumprido o acordo de investimento da controladora Iguá Saneamento S.A. O fechamento do acordo de investimentos ocorreu em 20 de julho de 2017 e portanto, o aditivo se tornou efetivo.

A garantia da cédula de crédito é o aval da controladora Iguá Saneamento S.A. Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12
31 de dezembro de 2015	contábil	meses
Financiamentos	21.062	21.062

	Valor	12
31 de dezembro de 2014	contábil	meses
Financiamentos	23.452	23.452

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivo	Patrimônio líquido	
	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	23.452	1	23.453
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Integralização de capital	-	9	9
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	9	9
Outras variações			
Provisão de juros	3.890	-	3.890
Pagamento de juros	(6.280)	-	(6.280)
Total de outras variações	(2.390)	-	(2.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.062	10	21.072

14 Obrigações fiscais

	2015	2014
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido – concessão	708	531
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido – concessão	154	115
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	44	29
Programa de Integração Social (PIS)	10	6
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	9	17
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	30	27
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	8	6
Passivo circulante	102	86
Passivo não circulante	861	645
Total	963	731

15 Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não constituiu nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Não houveram contingências passivas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível em 31 de dezembro de 2015 e 2014, para os quais nenhuma provisão

seria constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 está representado por 10.000 ações ordinárias, sem valor nominal (1.000 em 31 de dezembro de 2014), pertencentes ao seguinte acionista:

	Em % de participação	
	2015	2014
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

Em 3 de setembro de 2015, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a integralização do capital social da Companhia no montante de R\$ 9.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- *Reserva de retenção de lucros*
É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Lei 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

17 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2015	2014
Total do passivo	24.905	25.086
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(65)	(105)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	24.840	24.981
Total do patrimônio líquido (B)	(1.755)	(467)
Índice de alavancagem em 31 de dezembro $A/(A+B)$	1,08	1,02

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis		Outros passivos financeiros	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014
Outros investimentos	9	176	1.502	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	10	-	-	21.084	22.164	-	-
Ativos financeiros		176	1.502	21.084	22.164	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	-	-	2.453	584
Financiamentos	13	-	-	-	-	21.062	23.452
Passivos Financeiros		-	-	-	-	23.515	24.036

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2015.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com o SAAE, que prevê reequilíbrio econômico-financeiro.

Conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes, mediante segundo termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento das contraprestações em atraso que totalizam o montante de R\$ 9.789 relativas ao período de novembro de 2015 a janeiro de 2017, serão pagas em parcelas mensais de R\$ 200 a partir de janeiro de 2019.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	8	65	105
Outros investimentos	9	176	1.502
Contas a receber e outros recebíveis (*)	10	21.039	22.136
Ativo circulante		9.712	3.811
Ativo não circulante		11.568	19.932
Total		21.280	23.743

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2015	2014
Financiamentos	13	21.062	23.452
Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.453	584
Total		23.515	24.036

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor	Fluxo de caixa	12
31 de dezembro de 2015	contábil	contratual	meses
Financiamentos	21.062	22.353	22.353
Fornecedores e outras contas a pagar	2.453	2.453	2.453
Total	23.515	24.806	24.806

	Valor	Fluxo de caixa	12
31 de dezembro de 2014	contábil	contratual	meses
Financiamentos	23.452	24.130	24.130
Fornecedores e outras contas a pagar	584	584	584
Total	24.036	24.714	24.714

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e ao IPCA.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	2015	2014
Ativos financeiros			
Outros investimentos	9	176	1.502
Recebíveis de contratos de concessão	10	13.446	7.567
Total		13.622	9.069
Passivos financeiros			
Financiamentos	13	21.062	23.452

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2015	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Outros investimentos	176	CDI	9,72	17	12,15	21	14,57	26
Recebíveis de contratos de concessão	13.446	IPCA	7,00	941	8,75	1.177	10,50	1.412
Passivos financeiros								
Financiamentos	(21.062)	CDI	13,03	(2.744)	16,29	(3.430)	19,55	(4.117)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(7.440)			(1.786)		(2.232)		(2.679)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(446)		(893)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2015	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	176	CDI	9,72	17	7,29	13	4,86	9
Recebíveis de contratos de concessão	13.446	IPCA	7,00	941	5,25	706	3,50	471
Passivos financeiros								
Financiamentos	(21.062)	CDI	13,03	(2.744)	9,77	(2.059)	6,52	(1.373)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(7.440)			(1.786)		(1.340)		(893)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						446		893

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da CETIP e o IPCA do BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2015.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	645	353	-	-	292	209
Contas a receber – contrato de concessão	195	-	-	158	353	(108)
Outras diferenças temporárias	29	17	-	-	12	10
	869	370	-	158	657	111
Compensação (*)	-	(158)	-	(158)	-	-
Total	869	212	-	-	657	111

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

- (*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação da taxa efetiva	2015	2014
Resultado do exercício antes dos impostos	(1.954)	(375)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	664	128
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(7)	(17)
Imposto diferido	657	111
Alíquota efetiva	34%	30%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

20 Receita operacional líquida

	2015	2014
Receita de construção	5.430	7.049
Receita de prestação de serviço da operação	4.791	3.478
Receita de ativo financeiro	1.271	438
Impostos sobre os serviços prestados	(1.064)	(1.014)
Total	10.428	9.951

21 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2015	2014
Custo de construção	(3.508)	(4.555)
Custos de concessão	(1.413)	(924)
Custos com pessoal	(770)	(586)
Custo com serviços contratados	(733)	(720)
Crédito Pis e Cofins	54	153
Total	(6.370)	(6.632)

Despesas administrativas e gerais	2015	2014
Despesas com pessoal	(1.242)	(752)
Serviços contratados	(642)	(563)
Outras despesas	(308)	(417)
Depreciação e amortização	(11)	(6)
Total	(2.203)	(1.738)

22 Despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2015	2014
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	147	138
Juros de aplicações financeiras	22	609
Descontos obtidos	2	-
Receitas de operações com partes relacionadas	-	146
Total	171	893

Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(3.890)	(2.836)
Despesas de operações com partes relacionadas	-	(3)
Outras despesas financeiras	(90)	(10)
Total	(3.980)	(2.849)

Despesas financeiras líquidas	(3.809)	(1.956)
--------------------------------------	----------------	----------------

23 Partes relacionadas

a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado		
Circulante	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 12)	(Nota 12)			
Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial)							
- Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	8	83	7	(19)	(87)
Iguá Saneamento S.A.							
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	-	356	27	(443)	(250)
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(a)	-	-	84	-	(84)	-
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(c)	144	25	223	1	590	205
Total		144	33	746	35	44	(132)
Em clientes e outras contas a receber e financiamentos	(Nota 10)	(Nota 10)					
Mútuo	(d)	-	-	-	-	-	143
Conta corrente	(e)	7.449	14.536	-	-	-	-
Total		7.449	14.536	-	-	-	143

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (b) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora com vigência até o término do contrato de concessão e parcelas mensais a serem pagas equivalentes a 5% da receita líquida.
- (c) Refere-se a repasse de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (d) Refere-se a empréstimo entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2014.
- (e) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2015	2014
Seguro garantia	6.302	6.302
Responsabilidade civil	2.000	500
Patrimonial riscos diversos	4.030	2.900
Total	12.332	9.702

25 Compromissos

a. Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP. Tais compromissos e investimentos contratuais foram cumpridos até 31 de dezembro de 2015, mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

b. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

26 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27 Eventos subsequentes

Aditivo ao contrato de concessão

Em 1 de dezembro de 2017, a Companhia e o SAAE firmaram o segundo termo aditivo ao contrato de concessão com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro no qual foram computados todos os aumentos e reduções de custos e despesas em benefício e em prejuízo de ambas as partes, estabelecendo principalmente um (i) novo cronograma físico-financeiro com inclusão de novos investimentos e exclusão de obrigações; e (ii) a consequente adequação do valor da contraprestação mensal, mediante postergação da contraprestação fixa plena para o décimo primeiro ano do contrato de concessão, restando a aplicação de um percentual de reequilíbrio na contraprestação fixa e no preço unitário (PU) de 17,50% em dezembro de 2017, 6,38% em julho de 2018, 6,38% em julho de 2019 e 6,38% em julho de 2020 que também será acrescida de R\$ 200 mensais a partir de janeiro de 2019 para quitação dos valores que se encontram em aberto até a data da assinatura do aditivo.

Acordos de investimento da controladora Iguá Saneamento S.A.

Em 17 de novembro de 2016 a controladora Iguá Saneamento S.A. firmou Acordo de Investimento que, entre outras obrigações, estabelece a contribuição das ações detidas pela Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) a um Fundo de Investimento em Participações controlado pela RKP Investments, braço de *private equity* da RK Partners, e a reestruturação da dívida do Grupo Iguá. As condições mencionadas

acima, estavam sujeitas ao cumprimento, pelas partes, de determinadas condições suspensivas.

Em relação à alteração do controle da Iguá Saneamento S.A., a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE, Poder Concedente, em 6 de dezembro de 2016, por meio do ofício 473/2016-DS manifestou-se no sentido de que a estrutura societária imediata da concessionária não sofreria qualquer impacto, mantendo-se a mesma estrutura de controle direto, tratando-se de mera reestruturação societária, fato que não altera qualquer obrigação assumida pela concessionária no âmbito do contrato de PPP, de forma que tal operação prescinde de anuência prévia para a sua implementação.

Posteriormente, em 17 de maio de 2017 foi celebrado o primeiro termo aditivo ao acordo de investimento, postergando o prazo para cumprimento de todas as condições suspensivas em até 90 dias a contar da assinatura do aditivo, podendo as partes, ao término deste período, caso todas as condições suspensivas não tenham sido cumpridas, optar por nova prorrogação de prazo, renunciar a necessidade do cumprimento das condições suspensivas não atendidas ou rescindir unilateralmente o acordo de investimento, sem quaisquer prejuízos.

Em 20 de julho de 2017, foram concluídos todos os atos do fechamento previstos no Acordo de Investimento. Desta forma, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a controladora (i) passou a ter a denominação social Iguá Saneamento S.A., (ii) aumentou seu capital social no montante de R\$ 255.914, mediante emissão de 69.169.768 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas através de aporte em moeda corrente no montante de R\$ 70.000 e por meio de crédito devido pela Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia provenientes da conversão de dívidas da controladora no montante de R\$ 185.914, que passa a controlar a Iguá Saneamento S.A. Desta forma, a composição do capital social da controladora passa a ser a seguinte:

	Participação
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
Total	100,00%

Em 30 de julho de 2018, a Companhia firmou, juntamente com o Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atual acionista controlador ("FIP Iguá"), RKP BRL Investments I LLC ("IG4 Capital") e PIP6 Agua LP, uma afiliada do *Alberta Investment Management Corporation* ("AIMCo"), outro Acordo de Investimento, pelo qual a AIMCo se comprometeu, em nome de seus clientes, sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas tipicamente previstas em operações semelhantes, a realizar aporte de recursos no FIP Iguá de até R\$400.000, que serão aportados pelo FIP Iguá na Companhia.

Aditivos ao contrato de financiamento

Foram firmados os termos aditivos das Cédulas de Crédito Bancário - CCBs junto ao Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.: (i) terceiro termo aditivo em 30 de abril de 2016 prorrogando o vencimento do saldo devedor para 29 de julho de 2016; (ii) quarto termo aditivo em 5 de dezembro de 2016 prorrogando o saldo devedor para 16 de janeiro de 2017; e (iii) após a conclusão do acordo de investimento da Igua Saneamento S.A., em 20 de julho de 2017, foi efetivada a prorrogação do vencimento do saldo devedor para 31 de janeiro de 2019, conforme termo de aditamento às cédulas de crédito bancário firmado em 12 de maio de 2017.

Composição da Diretoria

Presidente do Grupo Igua

Gustavo Fernandes Guimaraes – CEO

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores do Grupo Igua

Felipe Rath Fingerl - CFO

Diretor de Controladoria e Gestão do Grupo Igua

Denilson de Paula Gonzaga

Diretoria

Jean Paul Cabral Veiga da Rocha

Eduardo Henrique Telles Caldeira

Contadora

Patricia Hirano Diz

CRC/SP nº SP-265232/O-9